

POSITIVO

Tutela adota posição da CCDR Algarve para licenciar casas móveis

A Comissão Nacional do Território (CNT) decidiu recomendar aos municípios que adotem o entendimento de que as estruturas desmontáveis e/ou amovíveis, entre as quais as casas móveis ou pré-fabricadas, quando sejam estruturalmente ligadas ao solo e servidas por infraestruturas, encontram-se sujeitas a controlo prévio da administração. Assim, foi feita a recomendação que, a estas estruturas, se apliquem também os regimes de uso do solo que

decorrem dos planos territoriais municipais.

A referida recomendação é extensível às entidades da administração central e desconcentrada do Estado para que perfilhem o mesmo entendimento aquando do enquadramento de atos e ações no exercício das suas atribuições e competências.

No essencial, esta é uma posição análoga à que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) e outras entidades com res-

ponsabilidades territoriais vêm mantendo. Segundo a posição da CCDR, «ainda que possam ser amovíveis ou de construção ligeira, e independentemente do período de permanência num dado local, desde que da instalação resulte uma efetiva incorporação no solo e/ou ligação a infraestruturas, ou sempre que a colocação ou desmontagem implique movimentações de terras significativas, tais edificações configurarão, em regra, operações urbanísticas su-

jeitas a controlo prévio municipal».

A CNT é constituída, entre outros, por representantes da Direção-Geral do Território, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da CCDR e, enquanto entidade que detém a atribuição de coordenar a execução da política nacional de ordenamento do território, compete-lhe emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território.



Bruno Filipe Pires

NEGATIVO

Algarve bate recorde na contratação de médicos tarefeiros

Em 2018, o Algarve bateu recordes de custos com médicos tarefeiros, com mais de 238 mil horas e um custo de 8,2 milhões de euros, segundo denunciou na sexta-feira, dia 11 de outubro, o deputado social democrata Cristóvão Norte. Após ter sido tornado público que o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) foi a instituição que registou maior aumento de contratação neste tipo de serviços, o parlamentar considera que «os serviços de médicos tarefeiros deviam ser a exceção, mas são cada vez mais a regra. O custo para o Estado e para nós contribuintes, por cada hora, é de 50 euros, enquanto alguém que tenha vínculo ao Serviço Nacional de Saú-

de (SNS), especialista, recebe 26 euros por hora. É uma injustiça brutal e um incentivo perverso a que os profissionais abandonem o SNS. Pior, todos compreendem que este modelo não permite a criação de equipas sólidas, o conhecimento entre os profissionais, a estabilidade nas opções clínicas e acompanhamento dos doentes, enfim, piora a qualidade dos serviços prestados». Ainda assim, o reeleito deputado do PSD assinala que compreende a posição do CHUA. «Se não há mecanismos poderosos para fixar médicos na região e no SNS, isto, por muito indesejável que seja, é o melhor que podem fazer. Este é um problema que o CHUA não tem condições para re-

solver, mas sim o governo», aponta em nota enviada às redações.

Por fim, Norte diz que «é preciso impor o Algarve como a primeira prioridade nacional na saúde. Este modelo de contratação de médicos acontece por todo o país, mas tem uma expressão completamente abusiva e desajustada no Algarve. O Bastonário da Ordem dos Médicos sublinhou que a verba anual gasta a nível nacional asseguraria a contratação de 5000 médicos para o SNS. Chega de declarações piedosas em que se diz que se quer diminuir os tarefeiros e na prática aumentá-los. O recurso a tarefeiros deve ser reservado a situações excecionais, casos de aumentos de procura por

um pico de gripe ou no verão, mas não mais do que isso porque desestrutura equipas, não favorece a responsabilidade e tem muito maior dificuldade de colocar o doente no centro das decisões, prestando-lhe o acompanhamento que carece».

Cristóvão Norte remata a nota, concluindo que o problema da saúde «é crónico e estrutural no Algarve e tem vindo a piorar, pelo que é importante encontrar respostas, a maior com um novo hospital e com a criação de mecanismos eficazes para fixar médicos na região». Os deputados do PSD eleitos pelo Algarve avançaram também com uma pergunta regimental ao governo sobre esta matéria.

GRACA FONSECA
Ministra da Cultura



Os resultados provisórios dos concursos sustentados para o biénio 2020/2021 da Direção-Geral das Artes foram dados a conhecer às estruturas profissionais na sexta-feira, 11 de outubro. A tutela vai distribuir uma verba total de 18,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 17 por cento face ao anterior concurso bienal. Entre 2015 e 2019 o apoio público às artes cresceu 83 por cento, e atingiu o patamar dos 25 milhões de euros. A principal novidade é que o Algarve teve um reforço de 66 por cento no financiamento, ou seja, uma dotação de 688474,00 euros.

LUÍS ENCARNÇÃO
Presidente da Câmara Municipal de Lagoa



A Câmara Municipal de Lagoa esteve presente nos dias 3 e 4 de outubro, em Conil de la Frontera (Cádiz), onde apresentou a sua experiência de Orçamento Participativo no seminário «Democracia Local e Orçamentos Participativos» – Encontro da Eurorregião Alentejo, Algarve e Andaluzia. O evento foi dinamizado pela Associação CoGlobal, de Espanha, e a Associação In Loco, de Portugal, no âmbito de um projeto de cooperação transfronteiriça sobre esta matéria. Lagoa tem uma dotação de 300 mil euros por ano, e conta com uma execução do número de propostas de 77 por cento até 2018, o que suplanta a execução das experiências em análise, bem como ao nível do país.

MARIA DO CÉU ALBUQUERQUE
Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional



O governo anunciou na quarta-feira, 9 de outubro, uma verba de 101 milhões de euros para aumentar a eficiência energética de empresas, administração local, habitação social e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Este financiamento é disponibilizado através dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020, a distribuir pelo país: Norte (25 milhões); Centro (26 milhões); Lisboa (33 milhões); Alentejo (13 milhões) e Algarve (4 milhões de euros). Estes investimentos estão enquadrados no Plano Nacional de Energia e Clima, que promove a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050.

ROGÉRIO BACALHAU
Presidente da Câmara Municipal de Faro



A Comissão Europeia publicou, a 8 de outubro, a segunda edição do Observatório das Cidades Culturais e Criativas, com uma amostra extensa de 190 cidades em 30 países. De acordo com esta ferramenta, projetada para avaliar e aumentar o potencial criativo e cultural das cidades europeias, Faro teve uma pontuação média de 24,9, sendo uma das sete cidades portuguesas distinguidas, a par de Braga, Coimbra, Guimarães, Lisboa, Porto e Sintra. No âmbito da economia criativa, Faro aparece em destaque, a segunda no ranking S (populações entre os 50 mil e 100 mil habitantes). A Comissão Europeia salientou ainda a realização de eventos como o Folkfaro, o Baixa Street Fest, e o FARCUME e o prémio de «Melhor Programação Cultural Autárquica» atribuído pela Sociedade Portuguesa de Autores.